DIRIGIR

SEPARATA

União Europeia: 50 Anos de História

Assinala-se no dia 25 de Março o 50.º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma que criaram a CEE e a EURATOM, pilares da actual União Europeia. Avanços e recuos, épocas de euforia e cepticismo, caracterizaram a evolução da construção europeia que, em meio século, passou de 6 para 27 Estados-membros. Alargaram-se as fronteiras, a população aumentou para cerca de 500 milhões, mas falta ainda dar um passo decisivo para completar a tarefa iniciada por Jean Monet e Robert Schuman

OS ANTECEDENTES

"Virá um dia em que todas as nações do continente (europeu), sem perderem a sua qualidade distintiva e a sua gloriosa individualidade, se fundirão estreitamente numa unidade superior e constituirão a fraternidade europeia. Virá um dia em que não haverá outros campos de batalha para além dos mercados abrindo-se às ideias. Virá um dia em que as balas e as bombas serão substituídas pelos votos."

Estas palavras não foram proferidas por um estadista emergente da Segunda Guerra Mundial nem saíram da boca de Jean Monet ou Robert Schuman, considerados os mentores da CEE. Foram proferidas em 1849 por Vítor Hugo, dando voz ao que alguns filósofos e "visionários" então preconizavam: "Uma Europa unida e forte, capaz de trilhar o caminho do progresso."

Se é verdade que a ideia ganhou adeptos, não se pode dizer que tenha criado raízes. As turbulências do final do século XIX e as duas guerras mundiais que devastaram a Europa na primeira metade do século XX, inviabilizaram qualquer possibilidade de concretizar as proféticas palavras de Vítor Hugo.

Foi sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial que emergiu novamente a ideia de uma Europa unida. Num discurso proferido em Setembro de 1946, na Universidade de Zurique, Winston Churchill sugere a criação de uma "espécie de Estados Unidos da Europa". A Europa estava ainda a lamber as feridas provocadas pelo conflito e a Guerra Fria constituía uma ameaça que não deixava grande espaço para debater a proposta de Churchill. Mais importante, então, era conseguir criar condições para uma paz duradoura na Europa e assegurar a recuperação económica – que o Plano Marshall anunciado alguns meses depois viria a permitir concretizar.

Jean Monet, um político de bastidores que nunca exercera qualquer cargo de relevo mas se revelara um

combatente pela paz, é que sempre terá acalentado a ideia de aproximar a França e a Alemanha, as duas potências beligerantes desavindas, congregando a partir dessa aproximação outros países europeus. Hábil negociador, consegue a aquiescência do chanceler alemão Konrad Adenauer e do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, para a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O objectivo de Jean Monet era colocar sob o controlo de uma autoridade independente a produção de carvão e de aço. Mais do que garantir o controlo do mercado daqueles produtos, a proposta de Jean Monet estava imbuída de um valor simbólico marcante: não só congregava num interesse comum dois países que tinham estado em confronto directo durante o conflito, como ainda conseguia que os objectos desse acordo fossem duas matérias-primas que, depois de terem sido estratégicas durante a guerra, passariam a ser motores da reconciliação.

A fórmula engendrada por Jean Monet foi formalmente apresentada no dia 9 de Maio de 1950 por Robert Schuman, tendo desde logo colhido grande entusiasmo também por parte da Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Itália. Menos de um ano depois, os seis países assinam o Tratado de Paris que formaliza a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e entra em vigor em Julho do ano seguinte, tendo Jean Monet como presidente da Alta Autoridade.

DA CECA AO MERCADO ÚNICO

Embalados pelo entusiasmo decorrente da criação da CECA, os Seis assinam, em Janeiro de 1952, um novo Tratado em Paris visando a criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED) cujo principal escopo seria "zelar pela defesa e protecção da Europa". Ao contrário do que aconteceu com a CECA, a CED veio a revelar-

-se um rotundo fracasso, em parte porque a Assembleia Nacional francesa recusou ratificar a sua assinatura. Desencantado, Jean Monet demite-se de presidente da Alta Autoridade da CECA.

Em 1957 é dado um passo decisivo na construção europeia. Reunidos em Roma, os Seis assinam dois tratados que criam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM). Juntamente com o Tratado de Paris, os Tratados de Roma – que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1958 – constituíram os alicerces da União Europeia.

Pela leitura do art.º 2.º do Tratado de Roma é facilmente perceptível a ambição que animava os Seis de criarem um mercado interno onde mercadorias, pessoas e capitais circulassem livremente:

"Promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros."

Tamanha ambição, porém, só poderia ser concretizada através de um "processo contínuo", como já advertira Schuman quando lançou a proposta de criação da CECA. Salientou então no seu discurso: "A Europa não se fará de uma só vez [...] resultará de realizações concretas que exigem, em primeiro lugar, uma solidariedade de facto..."

O fracasso da CED (Comunidade Europeia para a Defesa) não só veio dar razão a Schuman, como também serviu para demonstrar que o melhor caminho a seguir para o fortalecimento da CEE deveria assentar numa estratégia de integração gradual de diversos sectores económicos e na criação de instituições supranacionais (ver caixa: As Instituições da União Europeia) que absorvessem de forma discreta e dilatada no tempo as competências económicas e administrativas dos Estados-membros.

O processo iniciou-se na década de 60, com as políticas comuns no comércio e na agricultura, mas o passo mais importante foi dado em 1968, com a abolição dos direitos aduaneiros. Foram suprimidas todas as fronteiras entre os países comunitários e criada uma fronteira aduaneira comum. No entanto, a livre circulação restringia-se aos bens, sendo muito condicionada a circulação de pessoas, capitais e serviços. Estas restrições explicam por que razão a CEE passou então a ser conhecida, popularmente, como Mercado Comum.

De qualquer modo, durante esta década a CEE teve um crescimento espectacular: o PIB médio aumentou 70%, o comércio intracomunitário aumentou seis vezes e as trocas comerciais com países terceiros triplicaram.

Os anos 70 iniciam-se com uma preocupação comum aos líderes dos Seis: fazer convergir as suas economias e criar uma união monetária. Porém, o choque petrolífero de 73 e o facto de os Estados Unidos terem decidido suspender a convertibilidade do dólar em ouro contribuíram para uma travagem do crescimento dos países europeus, o que se reflectiu no aumento do desemprego e da inflação e numa crise acentuada em sectores tradicionais da indústria europeia. A crise (que se prolongaria até meados dos anos 80) provocou grande instabilidade nos mercados monetários, criando uma onda de cepticismo quanto ao futuro da CEE. Termos como "eurocépticos" e "eurosclerose" começaram a aparecer nas páginas dos jornais e a circular nos meandros políticos com alguma insistência.

Mais de um quarto de século volvido sobre a primeira "crise", parece poder concluir-se que foi naquela época de adversidade que a CEE começou a consolidar o seu futuro. Com efeito, a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979, contribuiu para acalmar os mercados e constituiu o primeiro passo para a unidade monetária. Além de trazer consigo o ECU (*European Currency Unit*), percursor do Euro, o SME estabelecia que as moedas dos países membros não poderiam

sofrer uma flutuação do seu valor cambial superior a 2,5% e que os Estados-membros se comprometiam a adoptar políticas de rigor disciplinadoras das suas economias.

A década de 70 trouxe também o primeiro alargamento (ver caixa: Do Clube dos 6 à União a 27), a criação Conselho Europeu (1975) e o primeiro sufrágio universal para o Parlamento Europeu (1979). Os membros do PE deixavam de ser nomeados pelos respectivos parlamentos nacionais e passavam a ser eleitos pelos cidadãos de cada um dos Estados-membros.

À distância de 30 anos, bem se pode dizer que a várias vezes anunciada morte da CEE foi uma profecia manifestamente exagerada. O requiem pela CEE, preconizado pelos eurocépticos, viria a surgir apenas alguns anos mais tarde… mas por vontade expressa dos seus membros que a rebaptizaram de Comunidade Europeia (CE).

O MERCADO ÚNICO

A primeira metade da década de 80 é ainda vivida sob o signo da crise e de dúvidas quanto à sobrevivência da CEE. Crescia o número de eurocépticos e a CEE ameaçava estagnar. Em 1985, porém, deu-se o volteface. O Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, publica um Livro Branco que estabelece o dia 1 de Janeiro de 1993 como data limite para a realização do mercado interno europeu. O efeito imediato foi a assinatura, em Fevereiro de 1986, do Acto Único Europeu, instrumento que lançou a CEE para novos desafios. Além de consagrar a existência do Conselho da Europa (reunião periódica dos chefes de Estado e do Governo) como o organismo onde se tomam as grandes decisões estratégicas, o Acto Único apontava como objectivo uma maior coesão económica e social. A reforma dos fundos estruturais – Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – foi crucial para alcançar essa coesão. Sinteticamente, poderá dizer-se que o Acto Único consubstanciava a "obrigação de realizar simultaneamente o grande mercado sem fronteiras, a coesão económica e social, uma política europeia de investigação e tecnologia, o reforço do SME e acções significativas em relação ao ambiente".

Como refere Pascal Fontaine, "os progressos foram rápidos e significativos e os benefícios depressa se fizeram sentir no quotidiano dos cidadãos europeus que começaram a circular na Europa livremente [...]. As barreiras físicas e técnicas foram tombando umas atrás das outras, embora ainda persistam divergências em domínios particularmente sensíveis, como a harmonização da fiscalidade sobre a poupança". Confirmava-se assim que, embora tivesse sido constituída com objectivos políticos, o sucesso e dinâmica da CEE (posteriormente União Europeia) seria alcançado pela economia: mercado único e, posteriormente, a moeda única – o Euro.

Em 1993, o mercado único era uma realidade, apesar de o Reino Unido, com Margaret Thatcher ao leme, se ter demarcado e contestado fortemente a integração europeia. Defensora de "uma menor intervenção do Estado na economia e na protecção social, da liberalização dos sectores económicos, da diminuição do poder dos sindicatos, da redução de impostos...", procurou reduzir a contribuição britânica para fins comunitários e recusou-se a assinar a Carta Social (rubricada em 1989 por todos os Estados-membros), um instrumento fundamental para garantir determinados direitos sociais aos cidadãos europeus.

A evolução dos acontecimentos viria dar razão à persistência de Jacques Delors e demonstrar que só com a integração europeia seria possível ultrapassar os antagonismos entre os países europeus.

A queda do muro de Berlim em 1989 – e o consequente desmembramento da União Soviética dois anos mais tarde – foram um excelente pretexto para Delors responder a Thatcher, afirmando numa reunião em Bruxelas: "A História está a acelerar-se e nós não podemos perder o comboio." Começava, nesse

dia, a preparar-se o alargamento das fronteiras a leste (ver caixa: Do Clube dos 6 à União a 27).

DA UNIÃO EUROPEIA AO EURO

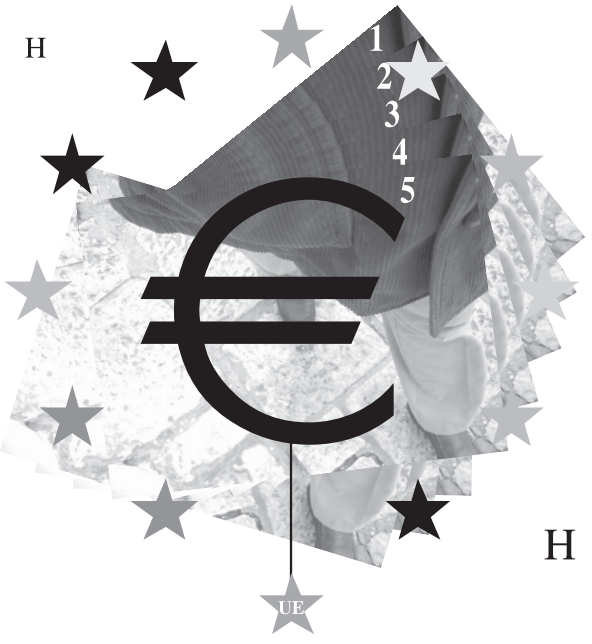
Em Dezembro de 1991, os Doze assinaram em Maastricht (Holanda) o Tratado da União Europeia (TUE). Pode dizer-se que este Tratado refundou a Europa e passou a constituir uma pedra angular no processo de integração europeia pois, além de alterar o Tratado de Paris e os Tratados de Roma, define pela primeira vez objectivos que ultrapassam a vertente económica e lança as bases para a unidade política. Por outro lado, a CEE é rebaptizada com o nome de Comunidade Europeia (CE) e é criada a União Europeia (UE). O TUE estabelece objectivos ambiciosos, como o reforço da coesão económica e social (registam-se diferenças significativas no seio dos Estados-membros...), a implantação de uma Política Externa de Segurança Comum (PESC), o reforço da cooperação intergovernamental entre os Estados-membros, a cidadania europeia e a criação da União Económica e Monetária (UEM).

O TUE ficará para a História como o primeiro passo na caminhada para o Euro. O processo durou 10 anos e exigiu dos Estados-membros o cumprimento dos critérios de convergência: défice orçamental inferior a 3%, estabilidade dos preços, das taxas de juro e de câmbio e controlo do défice da dívida pública, que não pode ultrapassar os 60%.

A moeda europeia nasce em 1999, passando a ser comum a 11 dos 15 Estados (a Grécia juntar-se-ia ao grupo em 2001 e a Eslovénia em 2007), mas apenas para efeitos de operações cambiais. A entrada em circulação de notas e moedas só ocorreria em Janeiro de 2002, culminando assim um processo de convergência entre as economias europeias considerado fundamental para o funcionamento, sem distorções, do mercado interno.

Com maiores ou menores dificuldades, pode dizer-se que a União Europeia tem conseguido cumprir as metas a que se tem proposto. No entanto, 50 anos após a assinatura dos Tratados de Roma, está de novo num impasse. Aprovado em 2004 pelos chefes de Governo dos 25 Estados, o projecto de Constituição Europeia pretende substituir os Tratados actualmente existentes e fazer face aos desafios que se colocam a uma Europa alargada, que enfrenta os desafios da globalização e da revolução tecnológica. Se tudo tivesse corrido normalmente, a Constituição Europeia teria sido ratificada em 2006, mas nos referendos realizados em França e na Holanda os cidadãos daqueles países responderam negativamente à ratificação pelos seus Governos, o que desde logo bloqueou todo o processo. O ano de 2007 será, muito provavelmente, decisivo quanto ao futuro da Constituição Europeia. Independentemente do que venha a suceder, vale a pena recordar, com Pascal Fontaine, que "este meio século de integração europeia marcou profundamente a história da Europa e as mentalidades dos europeus". Com efeito, além dos sucessos económicos (a UE é a maior potência comercial do Mundo), foram alcançados objectivos importantes como o de uma maior coesão social e o desenvolvimento de uma cidadania europeia. O Tratado de Amsterdão de 1997 e a Carta dos Direitos Fundamentais assinada em Nice em 2000, definiram um conjunto de princípios que permitiram aos cidadãos europeus usufruírem hoje de um conjunto de direitos e regalias que lhes estavam vedados e terem voz activa nas decisões.

Por outro lado, o papel da União Europeia na cena internacional tem sido de grande importância graças ao seu "peso e expressão", que lhe permite ter uma voz proeminente nas relações internacionais. Também no que concerne à salvaguarda do futuro do Planeta, o papel desempenhado pela UE tem sido fulcral. O exemplo mais significativo talvez seja o compromisso exemplar com as metas do Protocolo de Quioto e a



aposta no desenvolvimento sustentável. O incremento das energias renováveis, a redução de emissões de CO2 ou a preservação das espécies ameaçadas, são apenas alguns dos exemplos mais significativos que se podem apontar para realçar os aspectos positivos de uma Europa que, falando a uma só voz, pode contribuir para a sustentabilidade do Planeta, numa altura em que previsões dramáticas sobre as alterações climáticas (sucessivamente anunciadas nos últimos 20 anos, mas que só agora começam a ser levadas mais a sério) põem em risco o nosso futuro. A identidade europeia não deve, porém, confundir-se com unicidade, uma vez que o princípio da subsidiariedade limita a acção das instituições europeias, nos Estados-membros, a situações em que uma acção comum seja mais eficaz do que uma acção a nível nacional.

DO CLUBE DOS 6 À UNIÃO A 27
(a expansão das fronteiras)

Foram os seis países fundadores da CEE que desbravaram o caminho para a integração europeia. Nos anos 60, o crescimento económico era uma realidade e começou a despertar a cobiça de outros países europeus. O primeiro a apresentar a sua candidatura de adesão foi, curiosamente, a Turquia em 1961, mas como é sabido a adesão deste país encontra-se ainda num impasse sendo, inclusive, alvo de grande controvérsia no seio da actual União Europeia.

O primeiro alargamento concretiza-se em 1973, com a adesão da Dinamarca, Reino Unido e Irlanda. Os dois primeiros haviam experimentado uma via alternativa à CEE com a criação da EFTA em 1960. A EFTA, porém, nunca passou de uma associação de comércio livre, com resultados muito aquém das expectativas dos fundadores, entre os quais estava Portugal.

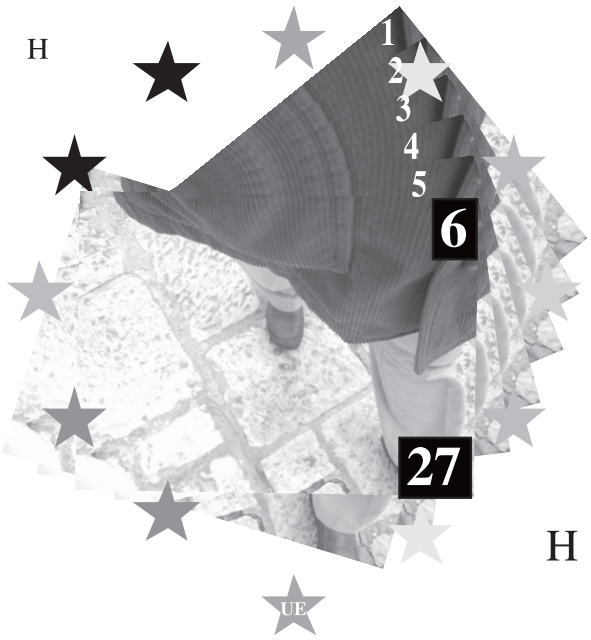
Um ano após a adesão daqueles três países, caíam as ditaduras militares na Grécia e em Portugal e, pouco depois, também em Espanha. Estas três jovens democracias passariam a integrar a CEE na década de 80. Primeiro a Grécia (1981) e depois Portugal e Espanha (1986). A CEE estende as suas fronteiras para ocidente, atingindo o Atlântico, e para sul, chegando ao mar Egeu. É com uma Europa a Doze que entra em vigor o Acto Único, mas a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1991, criou uma nova dinâmica europeia com objectivos ambiciosos. Áustria, Suécia e Finlândia são seduzidos por esta nova dinâmica e aderem à União Europeia em 1995, elevando para 15 o número de Estados-membros. Estava alcançada a Europa dos 300 milhões de consumidores, preconizada por Jacques Delors.

O maior alargamento da história da União Europeia viria, no entanto, a registar-se em pleno século XXI. No dia 1 de Maio de 2004, 10 novos países passam a integrar a União Europeia (Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia). Três anos mais tarde (1 de Janeiro de 2007) é a vez de entrarem a Bulgária e a Roménia, estendendo a União Europeia as suas fronteiras até ao mar Negro e ao Báltico e passando a contar com uma população próxima dos 500 milhões de habitantes. O processo de adesão destes 12 países foi, porventura, o mais moroso. Iniciou-se praticamente após a queda do muro de Berlim, em 1989, mas só com o lançamento do programa de assistência financeira PHARE, cujo objectivo era contribuir para a reconstrução das economias dos países do Leste europeu e incentivar as reformas políticas, se registaram avanços significativos. O processo não está terminado, uma vez que a Croácia e Macedónia ainda não concluíram os processos de negociação.

O processo de integração destes países mereceu cuidados específicos por parte da União Europeia, que definiu três critérios que os candidatos deveriam cumprir antes da adesão. Por um lado, a obrigatoriedade de possuírem instituições estáveis capazes de garantir a democracia; por outro, critérios económicos (obrigatoriedade de terem uma economia viável, capaz de enfrentar a pressão concorrencial no interior da União Europeia). Finalmente, os candidatos foram obrigados a transpor para o seu direito interno a totalidade do acervo comunitário (aproximadamente 26 mil textos legislativos).

No momento em que as negociações com a Turquia se mantêm num impasse, coloca-se uma questão: até onde podem ir as fronteiras da União Europeia? Deverão restringir-se ao continente europeu ou

poderão estender-se aos países da margem sul do Mediterrâneo? A resposta a estas questões poderá abrir um novo debate sobre o significado da expressão "cidadão europeu" e reequacionar o papel da União Europeia no Mundo.



AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

O objectivo dos países que integram a União Europeia é construir, conjuntamente, um espaço onde os cidadãos tenham melhor qualidade de vida, haja maior coesão social e uma política de segurança comum. Independentemente de quaisquer juízos de valor, é inegável que a União Europeia trouxe maior prosperidade à Europa, criou um mercado único e uma moeda única, erigiu-se à condição de potência comercial e, se exceptuarmos o conflito dos Balcãs, conseguiu assegurar a paz no território europeu.

Tudo isto se fica a dever, em parte, ao seu singular modo de funcionamento. Sem ser uma confederação de Estados, nem um Estado federal, a UE é um modelo "revolucionário" que conseguiu criar um conjunto de instituições comuns, que absorvem poderes delegados dos diversos Estados, sem beliscar a soberania de cada um.

O modelo político e institucional da União Europeia tem sofrido alterações ao longo dos tempos, tornando-se talvez mais complexo à medida que vai evoluindo.

Em termos políticos, os tratados são os instrumentos de direito primários que regem a União, onde os Estados-membros delegam parte da sua soberania nacional. Estes "poderes delegados" (chamemos-lhes assim para mais fácil compreensão) são exercidos por instituições comuns que representam, não só os interesses comunitários, mas também os nacionais.

As três instituições mais representativas que asseguram as decisões de âmbito europeu são:

• Comissão Europeia – composta por 27 comissários, nomeados por cada um dos Estados-membros. Compete-lhe elaborar propostas legislativas, assegurar o cumprimento dos tratados e a aplicação da legislação comunitária (regulamentos, recomendações e directivas), executar e gerir as diferentes políticas comunitárias.

• Conselho da União Europeia – representa os Estados-membros, sendo a sua presidência exercida rotativamente. É a principal instituição decisória da UE, partilhando com o Parlamento Europeu o poder legislativo, embora seja o único órgão com poder de iniciativa legislativa. Compete-lhe celebrar os acordos internacionais negociados pela Comissão.

• Parlamento Europeu – composto pelos deputados eleitos por sufrágio directo, em cada Estado-membro, por períodos de cinco anos. Os deputados agrupam-se por afinidades políticas e não pelos países que representam. Compete-lhe dar parecer a acordos internacionais e às propostas de alargamento, pronunciar-se sobre as propostas de directivas e de regulamentos e legislar, em colaboração com o Conselho, em vários domínios. Tem poder para rejeitar o orçamento proposto pelo Conselho e demitir a Comissão.

O Tribunal de Contas, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Justiça são outros órgãos de importância relevante na União Europeia, que conta ainda com cerca de 40 Direcções-Gerais e Agências Especializadas. A estas últimas compete regulamentar a actuação da União em áreas específicas como o ambiente, a formação profissional ou a segurança alimentar.

A CONSTRUÇÃO EUROPEIA PASSO A PASSO

1950 (9 de Maio) – Robert Schuman propõe, durante um discurso proferido em Paris, que a França e a Alemanha partilhem os recursos do carvão e do aço numa organização aberta a outros países europeus. Anos mais tarde, este dia passará a ser assinalado como Dia da Europa, sendo feriado obrigatório em alguns países europeus.

1951 (18 de Abril) – Assinatura do Tratado de Paris que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

1957 (25 de Março) – Assinatura dos Tratados de Roma que criam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM).

1960 (4 de Janeiro) – É criada a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), reunindo países que não fazem parte da CEE. A iniciativa foi do Reino Unido e integra também Portugal.

1963 (20 de Julho) – É assinado, em Yaoundé, um acordo de associação entre a CEE e 18 países africanos. Foi o primeiro passo na política externa da CEE.

1968 (1 de Julho) – Abolição dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais e entrada em vigor de uma pauta aduaneira comum a todos os países da CEE.

1976 (28 de Fevereiro) – É assinada a primeira Convenção de Lomé (viriam a ser assinadas posteriormente mais três) entre a CEE e 46 países africanos, das Caraíbas e do Pacífico.

1979 (7-10 de Junho) – Primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu, cujos deputados deixam de ser nomeados pelos Governos e passam a ser eleitos por sufrágio popular.

1987 (1 de Julho) – Entrada em vigor do Acto Único Europeu.

1990 (19 de Junho) – Assinatura do Acordo de Schengen, que suprime as fronteiras entre os Estados-membros da UE.

1992 (7 de Fevereiro) – Assinatura do Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia). A CEE passa a chamar-se Comunidade Europeia (CE).

1993 (1 de Janeiro) – É criado o Mercado Único.

1998 (30 de Março) – Início do processo de adesão de 10 países da Europa Central e Oriental.

1999 (1 de Janeiro) – A moeda única é introduzida nos mercados financeiros, passando o Banco Central Europeu a ser responsável pela política monetária da UE.

1999 (1 de Maio) – Entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, que confere novas competências à UE.

2000 (23 e 24 de Março) – Aprovada pelos chefes de Estado dos Quinze a Estratégia de Lisboa. Através de uma nova estratégia, a UE pretende fomentar o emprego, modernizar a economia e reforçar a coesão social. O objectivo é conseguir, até 2010, tornar a UE na economia mais dinâmica e competitiva do Mundo, baseada no conhecimento e capaz de garantir um desenvolvimento económico sustentável.

2001 (26 de Fevereiro) – Assinatura do Tratado de Nice, que entrará em vigor em 1 de Fevereiro de 2003.

2002 (1 de Janeiro) – Começam a circular as notas e moedas de Euro em 12 países da União Europeia.

2002 (31 de Maio) – Os 15 Estados-membros ratificam o Protocolo de Quioto, assumindo metas ambiciosas para a redução dos gases com efeito de estufa e o crescimento das energias renováveis até 2012.

2004 (1 de Maio) – No maior alargamento da história da União Europeia, são admitidos 10 novos Estados.

2004 (29 de Outubro) – Os chefes de Estado e de Governo dos 25 assinam, em Roma, o Tratado Constitucional. A sua entrada em vigor fica condicionada à ratificação em todos os países, pelo Parlamento ou através de referendo.

2005 (29 de Maio) – Os Franceses manifestam-se, em referendo, contra o Tratado Constitucional, impedindo a sua ratificação e criando um impasse no seio da UE.

2007 (1 de Janeiro) – Bulgária e Roménia aderem à UE, fixando em 27 o número de Estados-membros.

FONTES CONSULTADAS PARA A ELABORAÇÃO DESTA SEPARATA

A Europa em 12 lições – *Pascal Fontaine.*
A UE: O Processo de Integração e a Cidadania – *Juan Carlos Ocaña.*
Aprender a Europa – *Centro de Informação Europeia Jacques Delors.*
A UE num Ápice – *Portal da União Europeia.*

por: **CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA** – Jornalista

Papel 100% Reciclado. • **Design e paginação:** Extramedia Design Studios • **Ilustração** Manuel Libreiro • **Impressão:** Tip. Peres, S.A.

Edição do Instituto do Emprego e Formação Profissional
Suplemento da revista Dirigir Nº 97 - Não pode ser vendido separadamente